

## **Empoderamento feminino na agricultura familiar no estado da Bahia, Brasil**

### **Female empowerment in family agriculture in the state of Bahia, Brazil**

### **Empoderamiento femenino en la agricultura familiar en el estado de Bahia, Brasil**

Recebido: 20/06/2022 | Revisado: 01/07/2022 | Aceito: 03/07/2022 | Publicado: 13/07/2022

#### **Nelma Lima Bruno**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2757-9537>  
Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil  
E-mail: [nelmabruno84@gmail.com](mailto:nelmabruno84@gmail.com)

#### **Christiana Cabicieri Profice**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1972-9622>  
Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil  
E-mail: [ccprofice@uesc.br](mailto:ccprofice@uesc.br)

#### **Paulo César Bahia de Aguiar**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9578-9670>  
Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil  
E-mail: [prof.pauloaguiar@bol.com.br](mailto:prof.pauloaguiar@bol.com.br)

#### **Mônica de Moura Pires**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9036-514X>  
Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil  
E-mail: [mpires@uesc.br](mailto:mpires@uesc.br)

#### **Marcelo Inácio Ferreira Ferraz**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4798-4073>  
Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil  
E-mail: [mfferraz@uesc.br](mailto:mfferraz@uesc.br)

#### **Resumo**

Este artigo tem como principal objetivo analisar o empoderamento feminino na agricultura familiar nos Projetos de Assentamento Rural Nova Vida e Limoeiro, estado da Bahia, Brasil. Como método norteador da pesquisa utilizou-se a ferramenta para medir o Índice de Empoderamento das Mulheres na Agricultura (WEAI) adaptada numa perspectiva de aplicação e análise de gênero em assentamentos rurais de reforma agrária. Neste estudo, utilizou-se das respostas dadas especialmente por mulheres sobre os membros de suas famílias, e sobre as suas realidades em relação à comunidade, a partir de um formulário semiestruturado, o qual no Nova Vida foi aplicado no ano de 2020, e no Limoeiro no ano de 2021, ambos presencialmente. O formulário semiestruturado continha os indicadores em cinco domínios de empoderamento feminino: produção, recursos, renda, liderança e tempo. A escala adotada foi a de 0 a 4, com cinco faixas de empoderamento, da pior situação para a mais satisfatória. Os subíndices e o índice geral de empoderamento correspondem à média ponderada simples das pontuações obtidas respectivamente pelos indicadores e pelos cinco domínios. Os resultados indicaram que na comunidade do assentamento Nova Vida, de forma geral, as mulheres se encontravam em situação de baixo-médio empoderamento na agricultura, e na comunidade do assentamento Limoeiro essa situação era de médio empoderamento. Nos dois assentamentos, os indicadores “decisões sobre planejamento e gestão do lote” e “tempo” da rotina diária, evidenciaram que o gênero feminino pouco participava das decisões relativas à produção e que tinham uma sobrecarga em horas somando atividades domésticas e agrícolas. Isso pode estar contribuindo para um menor empoderamento desse gênero, algo que poderia ser amenizado com a maior distribuição das tarefas domésticas destas com companheiros e filhos.

**Palavras-chave:** Comunidade; Equidade de gênero; Desenvolvimento rural.

#### **Abstract**

The main objective of this article is to analyze female empowerment in family farming in the Nova Vida and Limoeiro Rural Settlement Projects, state of Bahia, Brazil. As a guiding method for the research, the tool to measure the Women's Empowerment in Agriculture Index (WEAI) was adapted from a perspective of application and gender analysis in rural agrarian reform settlements. In this study, we used the answers given especially by women about the members of their families, and about their realities in relation to the community, from a semi-structured form, which in Nova Vida was applied in the year 2020, and in the Lemon tree in the year 2021, both in person. The semi-structured form contained indicators in five domains of female empowerment: production, resources, income, leadership and time. The scale adopted was from 0 to 4, with five levels of empowerment, from the worst situation to the most satisfactory. The sub-indices and the overall empowerment index correspond to the simple weighted average of the scores obtained. The results indicated that in the community of the Nova Vida settlement, in general, women were in a situation of low-medium empowerment in agriculture, and in the community of the Limoeiro settlement this

situation was of medium empowerment. In both settlements, the indicators “decisions on planning and management of the plot” and “time” of the daily routine, showed that the female gender had little participation in decisions related to production and that they had an overload in hours, adding domestic and agricultural activities. This may be contributing to a lesser empowerment of this genre, something that could be mitigated with a greater distribution of these household chores with partners and children.

**Keywords:** Community; Gender equity; Rural development.

### Resumen

El objetivo principal de este artículo es analizar el empoderamiento femenino en la agricultura familiar en los Proyectos de Asentamiento Rural Nova Vida y Limoeiro, estado de Bahía, Brasil. Como método orientador de la investigación, se adaptó la herramienta para medir el Índice de Empoderamiento de la Mujer en la Agricultura (WEAI) desde una perspectiva de aplicación y análisis de género en asentamientos rurales de reforma agraria. En este estudio se utilizaron las respuestas dadas especialmente por las mujeres sobre los integrantes de sus familias, y sobre sus realidades en relación con la comunidad, desde un formulario semiestructurado, que en Nova Vida se aplicó en el año 2020, y en el Limoeiro en el año 2021, ambos en persona. El formulario semiestructurado contenía indicadores en cinco dominios del empoderamiento femenino: producción, recursos, ingresos, liderazgo y tiempo. La escala adoptada fue de 0 a 4, con cinco niveles de empoderamiento, desde la peor situación hasta la más satisfactoria. Los subíndices y el índice general de empoderamiento corresponden al promedio simple ponderado de los puntajes obtenidos respectivamente por los indicadores y por los cinco dominios. Los resultados indicaron que en la comunidad del asentamiento Nova Vida, en general, las mujeres se encontraban en una situación de empoderamiento bajo-medio en la agricultura, y en la comunidad del asentamiento Limoeiro esta situación era de empoderamiento medio. En ambos asentamientos, los indicadores “decisiones sobre planificación y manejo de la parcela” y “tiempo” de la rutina diaria, mostraron que el género femenino tenía poca participación en las decisiones relacionadas con la producción y que tenían una sobrecarga de horas, sumando tareas domésticas y laborales. actividades agrícolas. Esto puede estar contribuyendo a un menor empoderamiento de este género, algo que podría mitigarse con una mayor distribución de estas tareas del hogar con la pareja y los hijos.

**Palabras clave:** Comunidad; Equidad de género; Desarrollo rural.

## 1. Introdução

Vários estudos têm sinalizado que nos últimos 60 anos vêm ocorrendo profundas transformações nas áreas rurais, as quais estão associadas a um conjunto de fatores, dentre os quais os processos de modernização na agricultura, degradação dos recursos naturais e mudanças nas políticas e normatizações (Farah & Neuburger, 2013). No Brasil essa realidade se evidenciou de forma clara nas décadas 1960/1970 com o advento da Revolução Verde, e ganhou conotações mais profundas a partir dos anos de 1980, com as políticas neoliberais, e, de forma especial, com a inserção da participação do Estado no financiamento do agronegócio – fatores que intensificaram a precarização das relações socioambientais em um contexto de globalização (Guimarães & Feichas, 2009).

Essa precarização das relações socioambientais afetou mais profundamente os pequenos agricultores familiares, haja vista que a atividade laboral destes não conseguia remunerá-los de forma suficiente, tornando-os fortemente dependentes de políticas governamentais, as quais estavam preferencialmente voltadas para os grandes produtores. De forma geral, as mulheres pequenas agricultoras rurais sofreram mais intensamente as consequências dessa nova realidade, em especial por consequência da própria diferenciação de papéis sociais estabelecidos para homens e mulheres e as desigualdades de gênero disso decorrentes, inibindo-as de maior acesso aos meios de produção (terra, água, sementes, insumos), bem como tornando-as mais suscetível à pobreza, violência e à sobrecarga de trabalho doméstico (Brumer, 2004; Deere, 2004; Costa et al, 2013; Matte & Machado, 2016; Deere, 2018; Troian & Breitenbach, 2018).

Não obstante, nesse mesmo período ocorreram importantes movimentos internacionais voltados para a busca da equidade de gênero e o empoderamento feminino, em especial os movimentos feministas, os quais foram obtendo visibilidade e cujas reivindicações paulatinamente foram alcançando as esferas governamentais de seus países e de organismos intergovernamentais, algo que possibilitou a adoção de certas políticas específicas para o gênero feminino, bem como a extensão para este gênero de certos direitos outrora só conferidos ao gênero masculino (Aguiar, 2016). Destaca-se aqui, de

forma especial por sua importância, a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres, de 1979, e seu Plano de Ação, que representaram uma grande contribuição nesse sentido (Gomçalves, 2007).

No caso específico do Brasil, em especial no que consiste ao papel dos movimentos femininos rurais nesse processo, segundo Aguiar (2016), foi de substancial importância a contribuição que o Movimento de Mulheres Agricultoras teve, a partir dos anos de 1980, tanto para aprofundamento democrático do país quanto para o início do processo de superação das desigualdades de gênero. Pouco a pouco, com os trabalhos de base, as mulheres camponesas foram questionando as estruturas de dominação cultural, social e política que alicerçavam as relações sociais. Esse processo pode ser observado já em 1973, quando Margarida Alves, uma das primeiras mulheres a assumir cargo de direção sindical, e posteriormente presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, no estado da Paraíba, Nordeste do Brasil, se tornou uma grande ativista de direitos humanos e trabalhistas. Durante sua gestão, esteve à frente da luta pelos direitos básicos dos trabalhadores rurais neste município, como carteira de trabalho assinada e 13º salário, jornada de trabalho de oito horas diárias e férias, dentre outras. Considerada uma das maiores lideranças sindicalistas no país, sua luta teve forte influência nos movimentos de mulheres rurais no Brasil, a exemplo da Marcha das Margaridas, criada no ano 2000 (Woortmann et al., 2006).

Tais movimentos, sobretudo de mulheres rurais, contribuíram para visibilizá-las a partir de algumas importantes conquistas: ampliação, em 1994, do salário maternidade - direito este antes garantido apenas para as trabalhadoras urbanas; reconhecimento da profissão de 'agricultora' - algo outrora só reconhecido aos homens -, permitindo a elas se sindicalizarem e acessarem direitos trabalhistas na condição de 'trabalhadoras' e não mais na condição de 'dependentes' de seus esposos, pais ou filhos; o direito à 'aposentadoria rural para as mulheres', instituída em 1995 (Lisboa & Lusa, 2010); e uma recente e importante conquista que as vem colocando em condição de proeminência, é o direito à titularidade da terra, concedida por programas de reforma agrária, representando uma importante política voltada para a equidade de gênero, haja vista que, outrora, o direito à titularidade da terra rural se restringia ao "chefe de família" do gênero masculino.

Portanto, a temática do empoderamento feminino, em especial no âmbito da agricultura familiar, é atual e precisa ser analisada por um contexto de subjugação da mulher trabalhadora rural. Entende-se que para o gênero feminino alcançar o seu empoderamento nesse contexto é necessário que alcance acesso às liberdades democráticas para que possa atuar com protagonismo nos processos de tomadas de decisão tanto em relação à sua vida pessoal, quanto no que se refere à dinâmica comunitária e social nos seus distintos aspectos (Toledo, 1996; Castilho et al, 2009; Sen, 2010; Asencio & Trivelli, 2014; Schneider, 2020; Federici, 2021).

Com base nessas questões, o problema de pesquisa levado em consideração no presente estudo se centra em investigar e analisar o estado atual do empoderamento feminino em dois assentamentos de reforma agrária no estado da Bahia, Brasil, quais sejam os assentamentos rurais Nova Vida e Limoeiro. Parte-se do pressuposto de que o empoderamento feminino nesses dois assentamentos ainda se encontra em um nível baixo de efetividade em decorrência de fatores históricos ainda entranhados na cultura local que atribuem à mulher papel secundário nos aspectos de decisão e gestão da família, da produção, da comunidade e sociedade.

Este artigo tem como principal objetivo analisar o empoderamento feminino na agricultura familiar nos Projetos de Assentamento Rural Nova Vida e Limoeiro, estado da Bahia, Brasil.

As discussões envolvendo a terminologia "gênero" adquiriu significativa relevância a partir das formulações de Simone de Beauvoir, quando a mesma preconizou a ideia de que "ninguém nasce mulher, mas se torna mulher" (Beauvoir, 1949), contestando assim o determinismo biológico vigente, o qual era grandemente sustentado na prerrogativa de um desígnio divino.

Para Silva (2015), essa constatação de Beauvoir foi o "ponta pé" inicial para os estudos contemporâneos de gênero, ao distinguir o componente social do sexo feminino de seu aspecto biológico, embora ainda sem conceituar o termo gênero,

apenas assinalando um dos fundamentos do seu conceito que é a construção social do mesmo, ou seja, que não é algo pronto, acabado e determinado, mas fruto de uma trama de relações socioculturais que vão constituindo as representações que se tem do masculino e do feminino (Scott, 1989).

Os estudos de gênero, de forma mais substancial, iniciaram-se na década de 1960, na Europa e nos Estados Unidos. No Brasil, emergem durante as décadas de 1970/80, em torno da problemática da “condição feminina”, sinalizada pelo movimento feminista. Acreditava-se, inicialmente, que havia um problema da mulher, que deveria ser pensado unicamente pelas mulheres, já que, durante séculos, os homens as silenciaram e reprimiram à invisibilidade, em virtude da relação de dominação estabelecida pelo poder patriarcal. Nos anos de 1980 os estudos sobre a “condição feminina” deram espaço aos estudos sobre as mulheres, já que não era possível falar de uma única condição feminina no Brasil e no mundo, isso porque existiam (e existem) diferenças de classe, idade, raça/etnia, orientação sexual e crenças religiosas (Guedes, 1995).

No entanto, permaneceu a referência a uma unidade biológica, quando todas as mulheres se reconheciam pela morfologia do sexo feminino. Em 1990 chega ao Brasil o conceito de gênero, por meio das pesquisadoras feministas norte-americanas, com especial destaque aos trabalhos de Joan Wallach Scott, que caracterizava comportamentos que consideramos naturais de um gênero, como sendo na verdade construções sociais e culturais, e, portanto, não podendo ser interpretadas como aspectos biológicos determinísticos (Fávero, 2012). A partir de então, atribuíram-se aos estudos de gênero a tarefa de explicar como as diferenças entre mulheres e homens são utilizadas para justificar, e até mesmo legitimar, desigualdades.

Para Mayorga et al (2013), as discussões de gênero despontaram na mesma época em que eclodiu a chamada *segunda onda do feminismo*, revelando o diálogo entre o feminismo e as teorias sociais, constituindo, também, base teórica e científica para a contestação das desigualdades sociais entre mulheres e homens. Dessa forma, nos estudos de gênero esse termo se refere às construções sociais e culturais de masculinidades e feminilidades, explicitamente excluindo referências para as diferenças biológicas. Neste tipo de concepção de gênero, Scott (1989) anteriormente já vira uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado, e Karremans (1994) já entendera que se estava falando do “gênero feminino e masculino”, em vez do “sexo feminino e masculino”, ao se fazer menção às características da mulher e do homem que são determinadas socialmente, em que as relações sociais de ambos envolvem certos papéis e características atribuídas a cada gênero, que por sua vez rejeitam as ideias atreladas às formas de subordinação como o simples fato de que as mulheres têm filhos e de que os homens têm uma força muscular superior.

Scott (1989) apontou três posições teóricas que seriam as mais adotadas pelas historiadoras feministas na análise de gênero: 1- origens no patriarcado; 2- a tradição marxista; e 3- as escolas de psicanálise. A primeira posição tem se baseado na subordinação da mulher pelo homem; a segunda, almeja encontrar uma explicação “material” para o gênero, mesmo considerando a vinculação entre capitalismo e patriarcado, defende a proposição de que a explicação da origem das relações de gênero encontra-se externa à divisão sexual do trabalho, pois a subordinação das mulheres advém de sistemas anteriores ao capitalismo; e a terceira, refere-se às escolas de psicanálise atenta aos processos de formação da identidade dos sujeitos desde a fase infantil, considerando-se as relações, principalmente com os pais, e o papel da linguagem para a representação do gênero, e reforça o binarismo homem/mulher ao associar o homem ao poder de prover o lar e a mulher aos cuidados domésticos.

Silva (2015) chamou a atenção para um detalhe errôneo, porém extremamente usado no senso comum, que é a equiparação da menção ao termo “gênero” se referindo apenas ao “feminino”, como se ao falar de gênero estivesse apenas se referindo às mulheres, suas lutas e seus direitos. Estabelecer um exclusivismo no estudo de gênero apenas às mulheres contribui para preservar a idealização de que masculino e feminino são esferas distintas de uma mesma realidade, na qual uma não interfere na outra, acarretando a valorização de uma esfera em detrimento da outra. Para Silva (2015), é imprescindível o entendimento do *gênero enquanto uma categoria humana*, o que lhe permite a sua associação no que diz respeito às relações estabelecidas entre homens e mulheres, homens e homens, e mulheres e mulheres.

Por sua vez, a questão do empoderamento feminino e as análises sobre as relações de gênero possuem uma intrínseca relação. Sardenberg (2009) sinalizou que a noção de empoderamento das mulheres tem como finalidades principais a conquista da autonomia e da autodeterminação, servindo como mecanismo para se questionar, desestabilizar e acabar com a ordem patriarcal que sustenta a opressão de gênero, tratando-se, portanto, ao mesmo tempo de um meio e de um fim em si. Salienta ainda que o empoderamento possui duas dimensões: o empoderamento individual, que envolve a tomada de consciência por parte da pessoa individualmente; e o empoderamento coletivo.

Segundo Mosedale (2005), uma pessoa para se empoderar primeiramente tem que ser desempoderada; ninguém empodera outra pessoa, apenas pode criar situações que o facilite – o empoderamento parte de um ato reflexivo de cada um; empoderamento está diretamente relacionado com a construção da autonomia, o ato de assumir autocontrole sobre sua própria vida; e o empoderamento é um processo e não um produto, ou seja, o fato de ser empoderada ou desempoderada está sempre relacionado à realidade no momento de uma pessoa em relação à outra pessoa, ou à realidade anterior de sua própria vida. Portanto, envolve questões de poder: poder sobre quem (dominação/resistência); poder de dentro (autoestima, autoconfiança); poder para fazer algo, sem invadir os limites dos outros; poder solidário, que se compartilha em ações coletivas.

Para Batliwala (1997), em um contexto em que as questões de classe, raça, etnia e gênero determinam o acesso de certos indivíduos, grupos a recursos e poder, o empoderamento acaba por se iniciar com o reconhecimento das forças sistêmicas que oprimem, bem como na atuação para mudar essa realidade. Portanto, o empoderamento feminino envolve a ideia de que as mulheres podem decidir sobre sua própria vida nos espaços públicos e privados, e exercer poder nos espaços de decisão sobre políticas públicas e de outros acontecimentos sociais (Rubio et al, 2017).

Sendo assim, reforça o conceito mencionado por Romano (2002), que o empoderamento envolve duas perspectivas: a que coloca as pessoas e o poder no centro dos processos de desenvolvimento, ou seja, na qual a ação social leva à transformação; e aquela na qual as pessoas, as organizações e as comunidades percebem sua competência para produzir, criar e gerir, e assumem o controle sobre os diferentes aspectos de sua própria vida, com a finalidade de agir para alterar a lógica das relações de poder vigentes.

Os pontos de vista apresentados por Romano (2002) e Rubio et al. (2017) estão na essência da concepção de empoderamento feminino tratado neste trabalho, ou seja, que o empoderamento feminino se manifesta na tomada de consciência e atitude, por parte das mulheres agricultoras rurais dos assentamentos estudados, no que se refere à tomada de decisão sobre os rumos da sua própria vida, bem como na gestão da família, produção econômica agrícola, e diferentes aspectos da comunidade e sociedade em que estão inseridas, em equidade com o gênero masculino, de forma a alterar a lógica das relações de poder vigentes, a partir do acesso às liberdades democráticas.

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO (2020) compreende que as relações de gênero derivam das maneiras pelas quais as culturas atribuem papéis e responsabilidades diferentes para mulheres e homens, a partir da construção de estruturas de poder pautadas em hierarquias e desigualdades, em que o gênero masculino atribui a si certos privilégios que lhe permitem se sobressair ao gênero feminino, sobretudo no que consiste aos aspectos decisórios dos rumos da família, no campo do trabalho e nas decisões norteadoras da comunidade/sociedade, baseado na ideia da necessidade de o homem deter o poder em razão da superioridade do seu desempenho físico se comparado às mulheres, por questões biológicas. Isso determina distintas maneiras de acessar os recursos materiais, como terra e crédito, ou não materiais, como poder político, com múltiplas implicações na vida cotidiana, manifestando-se, por exemplo, na divisão do trabalho doméstico e extra doméstico, nas responsabilidades familiares, no campo da educação, nas oportunidades de promoção profissional, nos órgãos executivos, etc.

Para Abramovay (2005), é preciso ter claro que, mesmo a despeito de, nas últimas décadas, muito se vir discutindo sobre a importância do empoderamento feminino voltado para sua autoafirmação tanto no âmbito familiar quanto no contexto

comunitário e social, embora a participação das mulheres nos processos decisórios e nas instâncias de poder tenha aumentado significativamente nas últimas décadas, ainda não se pode falar em equidade entre os gêneros masculino e feminino, pois o poder é desigual e ainda concentra-se no gênero masculino, remetendo à desigualdade de gênero, sobretudo no meio rural.

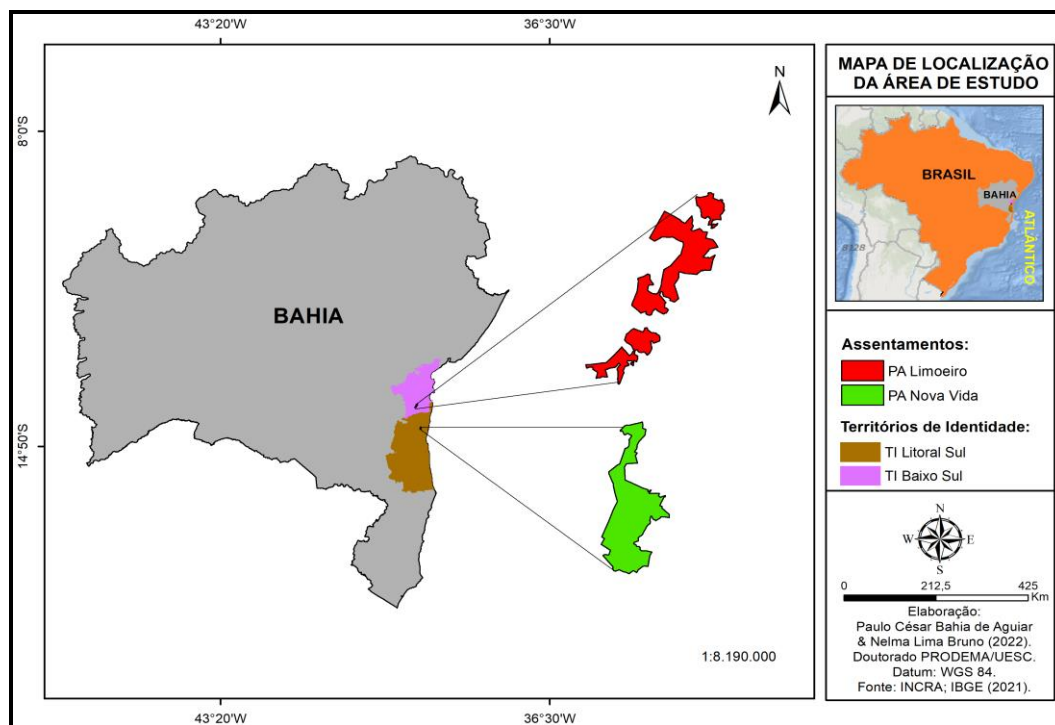
Deere & León (2003) chamam atenção para alguns fatores que contribuem, no contexto da América Latina e Caribe, para a desigualdade de gênero no tocante à propriedade da terra: preferência dada aos homens na herança; privilégio masculino no casamento; viés masculino tanto nos programas comunitários como em programas estatais de distribuição de terras; e viés de gênero no mercado fundiário. Não obstante, de forma geral a principal forma das mulheres se tornarem proprietárias de terras é por herança; enquanto que o mercado fundiário é um meio de aquisição de terras mais importante para os homens.

## 2. Metodologia

### 2.1 Área de estudo

Os assentamentos levados em consideração neste estudo são o Projeto de Assentamento Rural Nova Vida, situado no município de Itacaré, na região “Território de Identidade Litoral Sul” da Bahia, e o Projeto de Assentamento Rural Limoeiro, situado nos municípios Igrapiúna/Camamu, “Território de Identidade Baixo Sul” da Bahia (Figura 1).

**Figura 1.** Localização da área de estudo nas regiões “Território de Identidade Litoral Sul”, e “Território de Identidade Baixo Sul”, estado da Bahia, Brasil.

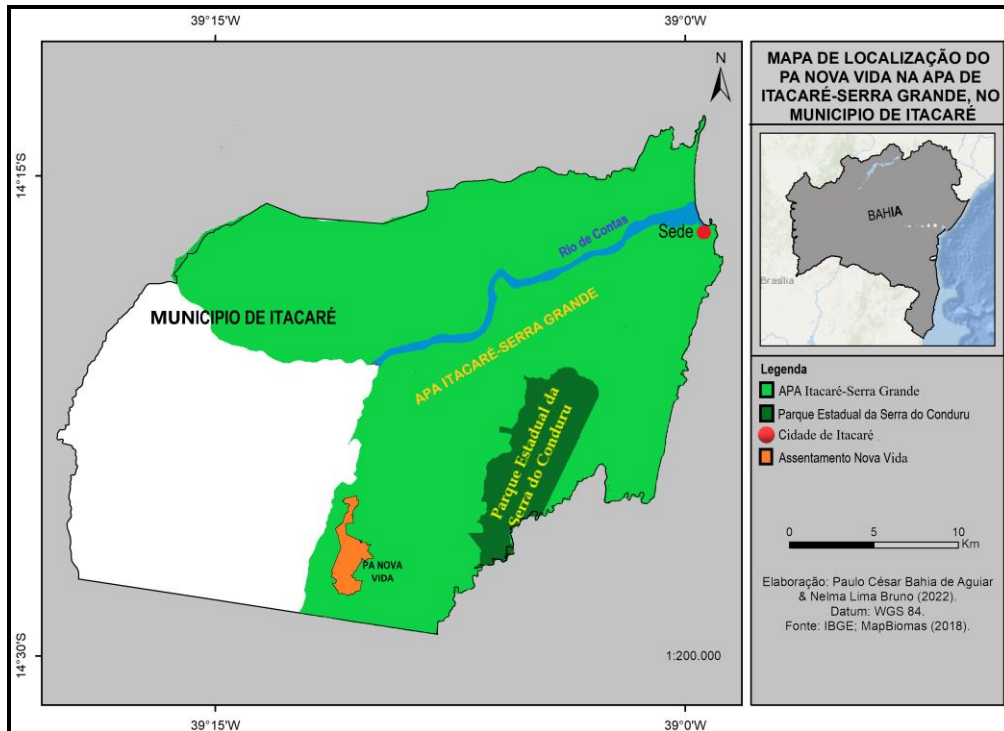


Fonte: Autores com bases cartográficas do In cra, IBGE e BaseMap.

O PA Nova Vida foi criado oficialmente no ano de 2006, está situado na região do Pé de Serra, e inserido na Unidade de Conservação “Área de Preservação Ambiental Itacaré-Serra Grande” (criada em 1993), a qual possui extensão total de 62.960 hectares e se estende pelos municípios de Ilhéus, Uruçuca e Itacaré. Sendo que em Itacaré, essa APA abrange a maior parcela do território municipal (Figura 2). O assentamento encontra-se distante cerca de 96km da sede municipal de Itacaré, e ocupa uma área territorial de 584 hectares, e 44 famílias oficialmente assentadas. Das famílias assentadas, duas já viviam na propriedade da qual se originou o assentamento, 23 são famílias retiradas da área que criou em 1997 o Parque Estadual Serra

do Conduru, e 19 são famílias contempladas posteriormente para completar a ocupação dos 44 lotes existentes no assentamento. Em razão do assentamento inserir-se na APA Itacaré-Serra Grande, representantes da comunidade ocupam duas cadeiras no conselho gestor tanto do Parque do Conduru quanto da APA.

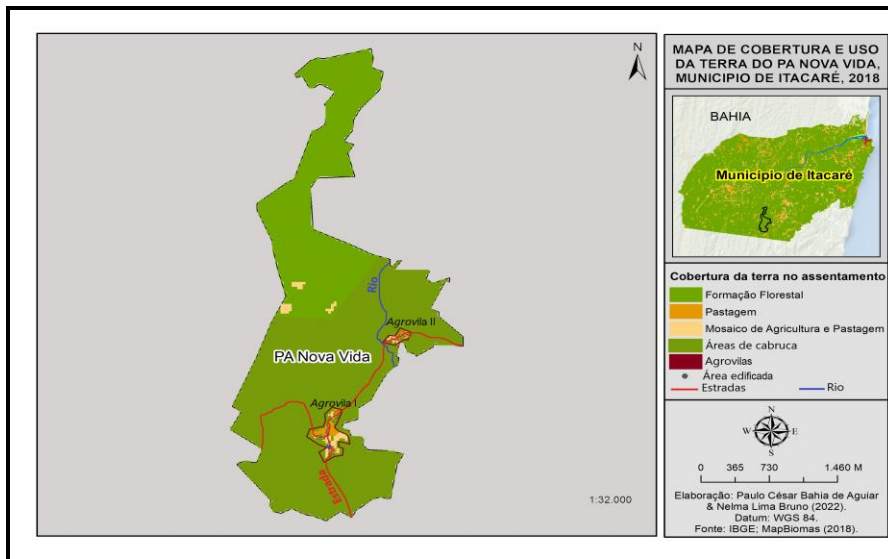
**Figura 2.** Localização do PA Nova Vida na APA de Itacaré-Serra Grande.



Fonte: Autores.

O território do assentamento Nova Vida está inserido nos aspectos fisionômicos da unidade da paisagem do município de Itacaré, conforme mosaico da paisagem disposto no mapa de cobertura e uso da terra de 2018 (Figura 3). No município de Itacaré, predominam áreas de formação florestal e conjuntamente áreas sob sistema cabruca (cultivo de cacau, que ocupa o extrato inferior, sombreado por árvores mais altas no extrato superior); aparecem com destaque ainda a presença de áreas de pastagens, e o mosaico de pastagens com agricultura. Já no assentamento Nova Vida, predominam na cobertura do solo as áreas de formação florestal típica de Mata Atlântica e as áreas de cabruca. Há ainda áreas agrícolas, pastagens/capoeira ou “terra nua”, duas agrovilas nas quais se encontram estabelecidas predominantemente as áreas/infraestruturas edificadas, sendo que na Agrovila I está a sede do assentamento, incluindo a associação que representa a comunidade (Figura 3). Três são os caminhos externos que lhe dão acesso, sendo todos por meio de estradas vicinais: um, com 24km de extensão, chamado caminho do Barroão, partindo de Serra Grande (distrito de Uruçuca); outro, com 20km, por Taboquinha (distrito de Itacaré); e um terceiro, com 28km, via cidade de Uruçuca.

**Figura 3.** Cobertura e uso da terra no PA Nova Vida, Itacaré, Bahia, em 2018.

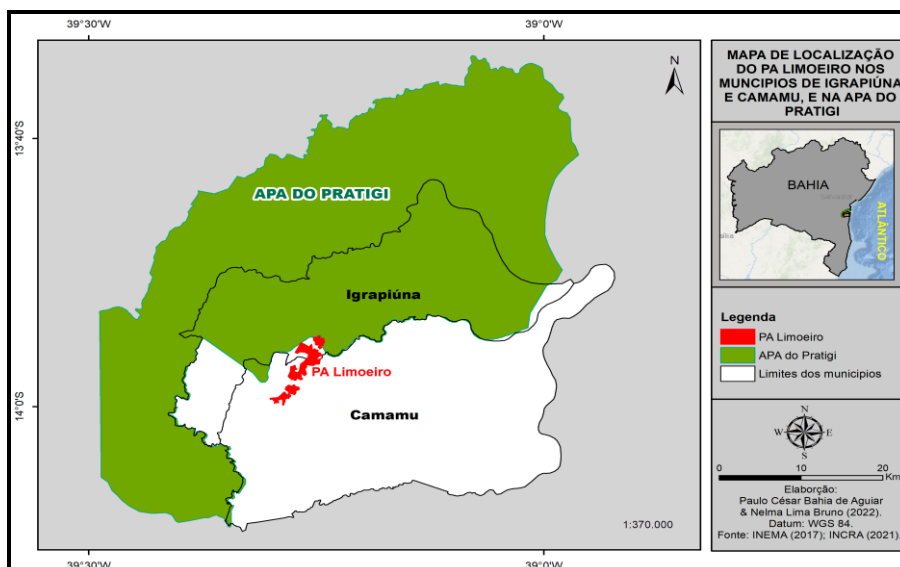


Fonte: Autores.

O PA Limoeiro foi criado oficialmente no ano de 1997. Distante cerca de 30 km da sede municipal de Igrapiúna e 22 km da sede de Camamu, esse assentamento possui uma área territorial de 1.329 hectares, tendo 55 famílias oficialmente assentadas as quais em sua maioria são descendentes de quilombolas. Organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a sua formação foi marcada por lutas, que envolveram diferentes etapas: mobilização, ocupação, acampamento e demarcação. A efetivação desse assentamento se deu com a desapropriação das fazendas Papagaio, Jenipapo, Burundanga, Ronco, Patioba e Boa Vista - inicialmente com a designação de “Conjunto Limoeiro”.

Uma pequena parcela da porção extremo norte do território do assentamento Limoeiro encontra-se inserida na Unidade de Conservação de Uso Sustentável de âmbito do estado da Bahia, denominada Área de Proteção Ambiental (APA) do Pratigi, criada em 1998 com aproximadamente 170.900 hectares (Figura 4), abrangendo porções dos territórios dos municípios de Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Piraí do Norte e Nilo Peçanha (OCT, 2015).

**Figura 4.** Localização do PA Limoeiro no município de Igrapiúna e Camamu, e na APA do Pratigi.

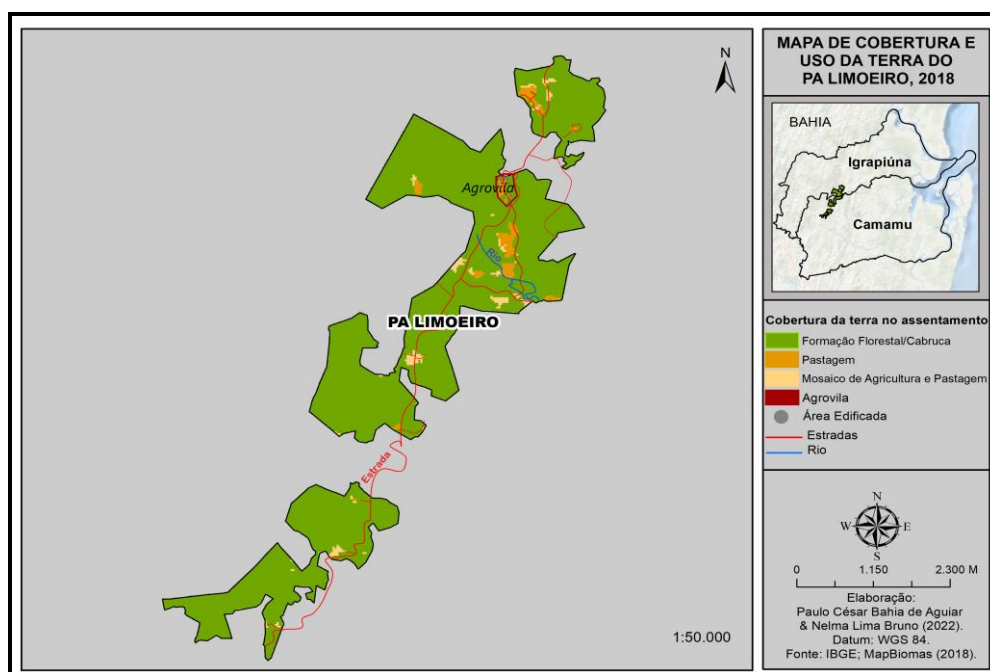


Fonte: Autores.



O território do assentamento rural Limoeiro é composto por três partes descontinuas, as quais são interligadas por estradas vicinais: uma parte mais ao norte, que se encontra dentro do território do município de Igrapiúna; a parte mais central, com uma porção no município de Igrapiúna (incluindo a agrovila) e outra porção no município de Camamu; e uma parte mais ao sul, que se encontra dentro do município de Camamu (Figura 5). A leitura do mosaico da paisagem desse assentamento permite observar, por meio de seus aspectos fisionômicos, que há um amplo predomínio de formação florestal típica de Mata Atlântica na cobertura do solo e a presença do sistema cabruca. Aparecem ainda na configuração da paisagem, áreas de pastagens/mangueiro, mosaico de agricultura e pastagem, rio, estradas vicinais e uma agrovila (sede do assentamento). As áreas/ infraestruturas edificadas encontram-se predominantemente na agrovila; mas aparecem também, em um caso ou outro, esparsas em pontos específicos do assentamento (Figura 5).

**Figura 5.** Cobertura e uso da terra no PA Limoeiro, Igrapiúna/Camamu, Bahia, em 2018.



Fonte: Autores.

## 2.2 Procedimentos de análise

A pesquisa levada a efeito consiste em dois estudos de caso, que consiste em uma “investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (Yin, 2001, p. 32). Para as análises aplicou-se a ferramenta para medir o Índice de Empoderamento das Mulheres na Agricultura (WEAI) adaptada numa perspectiva de aplicação e análise de gênero em assentamentos rurais de reforma agrária. Este índice agregado é baseado em dados individuais de homens e mulheres de uma mesma família e sobre as comunidades (Alkire et al., 2013; Akter et al., 2017).

O instrumento para a coleta de dados primários, visando a validação empírica do objeto pesquisado, foi um formulário semiestruturado. Esse formulário continha indicadores de empoderamento feminino na agricultura em cinco domínios de empoderamento (produção, recursos, renda, liderança e tempo), os quais são explicitados de forma sucinta no quadro 1, e foram apresentados às entrevistadas na forma de questões; bem como continha também indicadores de sustentabilidade, os quais não são apreciados no escopo do presente artigo. No assentamento Nova Vida o formulário foi aplicado presencialmente no transcorrer do ano de 2020 (antes e durante a pandemia de Covid-19, conforme a comunidade o permitia); e no assentamento Limoeiro, este foi aplicado no transcorrer do ano de 2021, também presencialmente.

Na comunidade do assentamento Nova Vida, entrevistaram-se 34 representantes de família, que fossem chefes de família e possuísem 18 anos ou mais de idade, independente do estado civil ou situação conjugal, o que representou 77% das 44 famílias oficialmente assentadas (esses 34 representantes foram os encontrados no local nos momentos da pesquisa, sendo 26 mulheres e 8 homens). Consideraram-se os dados das respostas dos 34 representantes de famílias ao formulário semiestruturado apenas para a análise do perfil socioeconômico da comunidade do assentamento; já para a análise do empoderamento feminino, consideraram-se apenas os dados das respostas dadas pelas 26 entrevistadas do sexo feminino, as quais deram respostas relativas aos membros de suas famílias e sobre si mesmas nos que se refere à participação na dinâmica da família e nos espaços comunitários. Portanto, parte das percepções destas.

Na comunidade do assentamento Limoeiro entrevistaram-se um total de 46 representantes de famílias, o que representou cerca de 84% das 55 famílias oficialmente assentadas (esses 46 representantes foram os encontrados no local nos momentos da pesquisa, sendo 37 mulheres e 18 homens). Consideraram-se também para essa comunidade os dados das respostas dos 46 representantes de famílias ao formulário semiestruturado apenas para a análise do perfil socioeconômico da comunidade do assentamento; já para a análise do empoderamento feminino, consideraram-se apenas os dados das respostas dadas pelas 37 entrevistadas do sexo feminino ao formulário.

Os cálculos das pontuações se deram da seguinte forma: a pontuação de cada indicador corresponde à média ponderada simples das pontuações dos seus componentes; e o subíndice de cada domínio corresponde à média ponderada simples das pontuações dos indicadores que o compõe; e o índice geral de empoderamento corresponde à média ponderada simples dos subíndices dos domínios (Ver os indicadores no quadro 1).

A escala adotada para aferir o nível de empoderamento feminino foi a ordinal de 0 a 4 (Likert adaptada), composta de cinco intervalos ou faixas, quais sejam:

- 0 a 0,8 = baixo empoderamento da mulher na agricultura;
- > 0,8 a 1,6 = baixo-médio empoderamento da mulher na agricultura;
- > 1,6 a 2,4 = médio empoderamento da mulher na agricultura;
- > 2,4 a 3,2 = médio-alto empoderamento da mulher na agricultura;
- > 3,2 a 4,0 = elevado empoderamento da mulher na agricultura.

A pesquisa em campo só teve início após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC (Parecer n. 3.815.980).

**Quadro 1.** Matriz dos cinco domínios (5D) de empoderamento feminino na agricultura.

Domínios	Indicadores	Componentes dos indicadores
Produção	Decisões sobre planejamento e gestão do lote	a) cultivo do próprio alimento, b) cultivo de culturas de rendimento, c) criação de animais de pequeno e grande porte, d) manejo, e) insumos e emprego de mão de obra, f) crédito agrícola e assistência técnica, g) escoamento da produção e comercialização
	Autorreconhecimento enquanto agricultores	(a) se sentem à vontade de se identificar como agricultora nos espaços públicos fora da comunidade, (b) se reconhece como agricultora no seu espaço de vida comunitário, (c) se a comunidade as reconhece como agricultora
	Distribuição das tarefas agrícolas	(a) adubações, (b) plantios (mudas e sementeira), (c) capinas e roçagens, (d) Podas e enxertos, (e) manuseio de máquinas e tecnologias, (f) animais de pequeno e grande porte, (g) escoamento e comercialização
Recursos	Relação tamanho da terra e titularidade	(a) Titularidade individual ou conjunta, (b) Tamanho da terra, tomando como base os hectares padrão estabelecido oficialmente para as famílias assentadas, bem como as dimensões das áreas definido pela comunidade (contagem dos pés de cacau)

	Satisfação com relação a acesso ao crédito agrícola	(a) Formas de acesso para obter crédito; (b) Condições de uso do crédito obtido, no âmbito familiar
	Satisfação com relação ao acesso à assistência técnica	(a) Formas de acesso para obter assistência técnica, (b) a quem é dada a prioridade dentro da comunidade, (c) e qual tipo de culturas agrícolas é mais assistida
	Satisfação com relação aos cursos de capacitação e treinamentos	(a) nos últimos três anos tem feito algum curso e treinamento oferecido na comunidade, (b) quais tipos de cursos e treinamentos são oferecidos na comunidade, e (c) qual público dentro da comunidade é contemplado com os cursos e treinamentos
Renda	Maior responsável pela renda familiar	(a) renda proveniente das próprias atividades agrícolas, (b) renda provenientes de atividades não agrícolas, e (c) renda proveniente dos benefícios sociais
	Decisões sobre despesas no âmbito familiar	(a) quem decide sobre as despesas direcionadas para as atividades de cunho agrícolas no lote familiar, (b) quem decide sobre as despesas no âmbito doméstico familiar
Liderança	Participação na estrutura de governança comunitária	(a) em algum momento da vida em comunidade já assumiu algum papel de governança ou representatividade como de: (Presidenta - liderança, Vice presidenta, Secretária da associação, Vice Secretária fiscal, Conselheira - mediadora de conflito, Tesoureira, Vice tesoureira, Conselho fiscal, Setor de produção (vice), Coordenadora de disciplina, Conselheira de educação, e Setor de produção - representante da regional)
	Participação nas assembleias e reuniões da associação	(a) se sente à vontade para falar em público, e (b) quem mais argumenta, questiona e sugere durante as assembleias e reuniões
	Participação nas atividades coletivas e mutirões	(a) participa de algum grupo socioeconômico dentro da comunidade, e (b) em quais atividades comunitárias tem participado
Tempo (hora)	Alocação de tempo para as tarefas domésticas	(a) alocação de tempo durante as 24 horas anteriores, que implica em: preparar o café da manhã e tarde, lavar roupa e louças, preparar o almoço e janta, cuidar das crianças, idosos, enfermo, e dos animais domésticos, e pegar água e lenha
	Alocação de tempo para as atividades agrícolas	(a) alocação de tempo durante as 24 horas anteriores, que implica nas práticas e manejos agrícolas necessários
	Tempo destinado para o lazer	(a) está satisfeita com o tempo disponível para lazer, como: visitar vizinhos, viajar, ir para Igreja, assistir TV, ouvir rádio, ver filmes ou praticando esportes

Fonte: Autores.

### 2.3 Perfil dos entrevistados

Na comunidade do assentamento Nova Vida, a pesquisa de campo identificou um total de 118 pessoas, sendo 55 do gênero feminino e 63 do gênero masculino, os quais habitavam em 34 residências/famílias. Havia uma média de 1,6 mulheres por residência, e 1,8 homens por residência, e uma média total aproximada de 3,5 moradores por residência.

Das 26 mulheres entrevistadas, oito eram casadas, oito viviam em união estável, três eram separadas, uma era divorciada, uma era solteira e cinco eram “amaziadas” (moravam com o companheiro) com pouco tempo de convivência. Ainda dessas entrevistadas, 17 eram naturais de áreas rurais do município de Itacaré, duas eram naturais da área urbana do município de Itacaré, uma era natural de área rural de outro município, cinco eram naturais de áreas urbanas de outros municípios, e uma não soube informar a sua origem. Já dos oito homens entrevistados, dois eram casados, dois viviam em união estável, um era separado e três eram solteiros. Todos esses homens eram naturais da zona rural do município de Itacaré.

Por sua vez, para a comunidade do assentamento Limoeiro, a pesquisa de campo identificou um total de 166 pessoas, sendo 71 do gênero feminino e 95 do gênero masculino, os quais habitam 46 residências/famílias. Havia uma média de 1,5 mulheres por residência, e 2,1 homens por residência, e média total de aproximadamente 3,6 moradores por residência.

Das 37 mulheres entrevistadas, seis eram casadas, 22 viviam em união estável, duas eram separadas, uma era solteira, cinco eram viúvas e uma era “amaziada”. Já dos nove homens entrevistados, cinco eram separados, dois eram solteiros e dois eram viúvos. Das mulheres entrevistadas, nove eram oriundas da zona rural do município de Igrapiúna, 14 eram naturais da zona rural do município de Camamu, cinco provinham da área urbana do município de Camamu, oito provinham de áreas rurais de outros municípios, e uma era proveniente de área urbana de outro município. Dos nove homens, três eram originários do próprio assentamento, três eram oriundos da zona rural do município de Igrapiúna, um era da zona rural de Camamu, um da zona urbana de Camamu, e um da área rural de outro município.

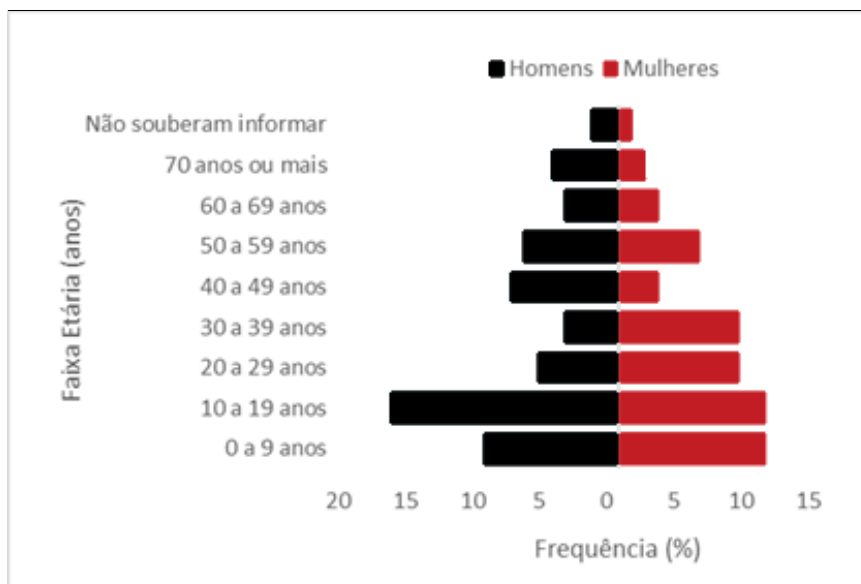
### 3. Resultados e Discussão

#### 3.1 Perfil socioeconômico das comunidades dos assentamentos

##### 3.1.1 Comunidade do Nova Vida

A realidade demográfica da comunidade do assentamento rural Nova Vida por extratos (Figura 6), deixou evidente se tratar de uma comunidade eminentemente jovem, na qual havia um maior alargamento nas faixas que compõem a base da pirâmide, com ligeiro predomínio das mulheres sobre os homens (11 pessoas a 10) na faixa dos 0 aos 9 anos de idade, e um amplo predomínio dos homens sobre as mulheres (17 pessoas a 11) na faixa dos 10 aos 19 anos de idade. A média de idade para o gênero feminino nessa comunidade era de 29,2 anos, para o gênero masculino era de 32,9 anos, e de forma geral para a comunidade era de 31 anos. Já no que consiste à média de anos de estudo, o gênero feminino detinha uma média de 8,5 anos de estudos, equivalente ao 7º ano incompleto, e o gênero masculino detinha uma média de 6,5 anos de estudos, equivalendo ao 5º ano incompleto.

**Figura 6.** Pirâmide etária da comunidade do PA Nova Vida, em 2020.



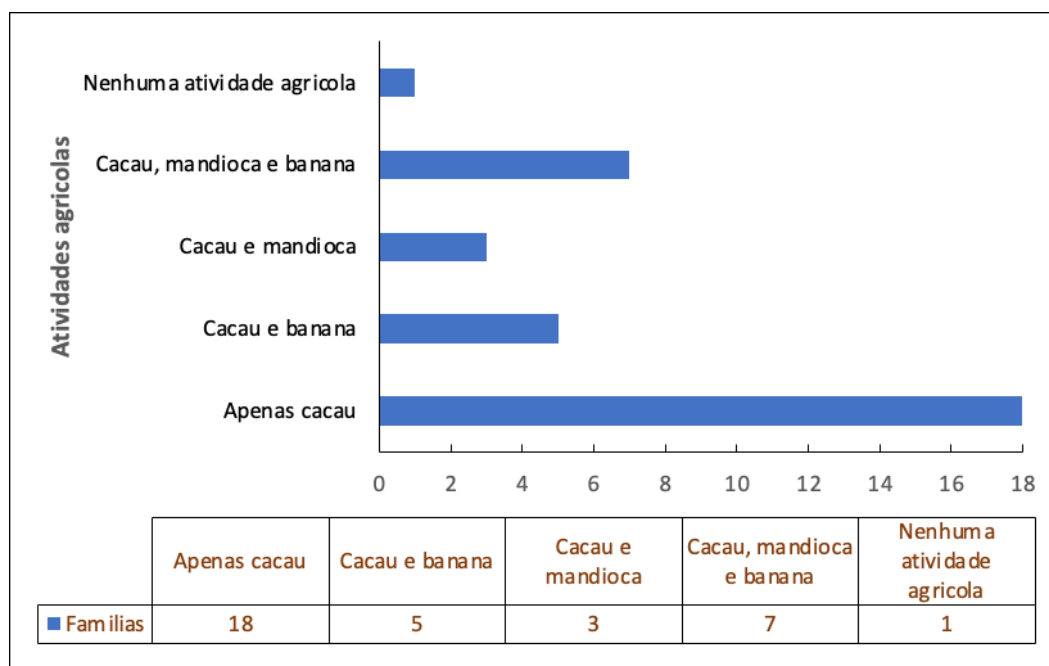
Fonte: Autores a partir dos dados da pesquisa de campo.

Esses dados de juventude da comunidade evidenciam uma significativa expectativa de renovação da sua população, desde que outros fatores não intervenham no transcurso do tempo para fazer com que esse extrato da população futuramente migre para outras localidades, especialmente o espaço urbano (algo previsível), sobretudo porque no assentamento poucas atividades agrícolas eram a sua base econômica e que pouco remunerava os agricultores locais, bem como não havia oferta de estudo de níveis mais elevados no local, levando os jovens a ter que interromper a continuidade dos seus estudos ou a ter que busca-lo fora. Algo que requer a adoção de estratégias e políticas específicas de longo prazo voltadas para esse extrato da população, associado à melhoria e fortalecimento da estrutura da comunidade e a concessão de postos de gestão aos jovens, algo que poderia influenciar na chegada de outras pessoas de outras regiões que valorizem o local, contribuindo para a permanência dos jovens local nesse espaço.

Em seus aspectos econômicos, as atividades agrícolas eram as atividades econômicas base da comunidade do assentamento rural Nova Vida, com predomínio das culturas do cacau, banana e mandioca, como aquelas mais geradoras de renda para as famílias; outras frutíferas eram desenvolvidas essencialmente para autoconsumo nas residências.

No momento da pesquisa, 97% das 34 famílias pesquisadas na comunidade desenvolviam alguma atividade agrícola que lhes proporcionava renda, sendo que 53% delas (18 famílias) trabalhavam apenas com o cacau (Figura 7). Apenas cinco famílias obtinham renda de trabalho não agrícola, ou seja, 15% das famílias pesquisadas.

**Figura 7.** Atividades agrícolas desenvolvidas com fins econômicos pelas famílias do assentamento Nova Vida, de Itacaré, Bahia, em 2020.



Fonte: Autores.

Na Tabela 1, a seguir, tem-se especificado as formas de trabalho das pessoas ocupadas dentre as 118 abrangidas na pesquisa, nas 34 famílias, no assentamento Nova Vida.

**Tabela 1.** Forma de trabalho do total de pessoas abrangidas na pesquisa, no assentamento Nova Vida, em 2020.

Forma de trabalho das pessoas abrangidas na pesquisa	Frequência Absoluta de pessoas		
	Masculino	Feminino	Total
Atividades agrícolas dentro da comunidade	34	29	63
Atividades agrícolas fora da comunidade	2	-	2
Atividades agrícolas dentro e fora da comunidade	4	-	4
Atividade não agrícola fora da comunidade	1	-	1
Concomitantemente em atividades agrícolas e não agrícolas dentro da comunidade	1	4	5
Concomitantemente em atividades agrícolas e não agrícolas dentro e fora da comunidade	-	1	1
Não estavam trabalhando	21	21	42
<b>TOTAL</b>	<b>63</b>	<b>55</b>	<b>118</b>

Fonte: Autores (2020).

A despeito das atividades agrícolas serem a forma de trabalho predominante no assentamento, quando mensurada a composição da renda total mensal das famílias, para aproximadamente 62% das famílias (21 famílias) os benefícios sociais e previdenciários possuíam maior peso, ou seja, contribuía mais; para 26% das famílias (9 famílias), a renda proveniente de atividades agrícolas possuía maior peso na sua renda total mensal; e para aproximadamente 12% das famílias (4 famílias) a renda proveniente de atividades não agrícolas possuía maior peso na composição da renda total mensal. Esses dados deixam

evidente o forte papel que os recursos provenientes de políticas públicas exerciam na sustentação dessas famílias, quer seja como a base principal de composição da sua renda mensal total, quer seja assumindo um papel assessorio nessa composição, o qual foi reforçado no período da pandemia (momento de realização de parte da pesquisa de campo) com o recebimento do auxílio emergencial. Isso mostra a fragilidade das famílias, pois a atividade laboral delas não dava conta de remunerá-las de forma satisfatória para atender às suas necessidades. Apenas cinco famílias citaram não aferir nenhum tipo de renda proveniente de benefícios sociais e previdenciários, ou seja, 15% das famílias entrevistadas.

Essa forte dependência dos benefícios sociais e previdenciários na composição da renda mensal das famílias está diretamente atrelada, dentre outros fatores, ao tipo de culturas agrícolas de rendimento que desenvolviam, que são de ciclos longo, demorando de meses (cacau e banana) até dois anos (mandioca) para dar as suas safras, bem como a baixa capacidade financeira dos moradores para adquirir insumos (adubação e ferramentas) para aumentar a produtividade, sendo que quando adquiriam esses insumos normalmente se utilizavam dos recursos provenientes dos benefícios sociais e previdenciários para isso. Fatores esses que influenciavam a produtividade final, mesmo a despeito da extensão de terras que as famílias possuíam para produzir, sendo que 79% das famílias (27 famílias) dispunham de 4,5 ou mais hectares cada uma para essa finalidade.

No que se refere ao tempo dedicado às atividades agrícolas, de forma geral, a partir das respostas dadas pelas 26 entrevistadas do gênero feminino, as mulheres dedicavam um tempo médio diário de 7horas e 29minutos (embora algumas se envolvessem apenas com a atividade do cacau), e os homens dedicavam um tempo médio diário de 8horas e 14minutos.

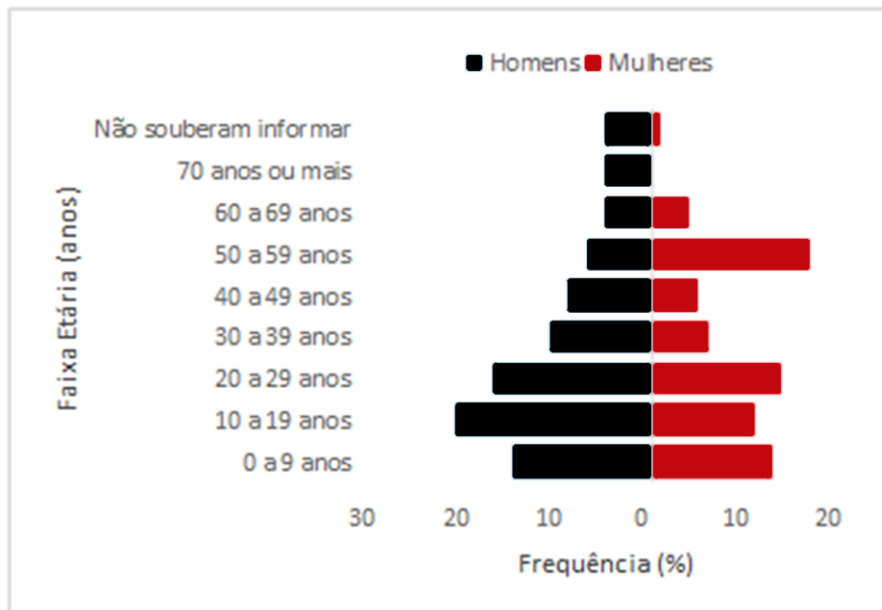
Não obstante, as mulheres dedicavam também um tempo significativo de sua rotina diária para as atividades domésticas. Enquanto as mulheres dedicavam um tempo médio de 6 horas e 23 minutos, os homens dedicavam um tempo médio diário de 3 horas e 16 minutos, ou seja, pouco menos da metade do tempo médio dedicado pelas mulheres. Além disso, das 34 famílias, em apenas 10 delas a figura masculina participava na realização de alguma atividade doméstica, algo que acabava por sobrecarregar a rotina diária das mulheres, inibindo-as de dedicar tempo para o envolvimento em atividades comunitárias e extracomunitárias que poderiam contribuir para o seu empoderamento. Pôde-se perceber em campo que nesse assentamento, em muitos casos, ainda prevalecia o perfil tradicional de família, com papel pré-estabelecido para a mulher.

### **3.1.2 Comunidade do Limoeiro**

Em seu aspecto demográfico, a comunidade do assentamento Limoeiro deixou evidente, por meio de sua pirâmide etária, que, mesmo possuindo um significativo número de crianças e jovens/adultos, em especial nas faixas dos 0 aos 29 anos de idade, a sua população já vinha passando por um processo de transição, com tendência de alargamento nas faixas de idade intermediárias, chamando a atenção nesse aspecto a faixa de idade entre os 50 aos 59 anos, sobretudo para o gênero feminino, o qual possuía nessa faixa a maior quantidade de mulheres se comparado às outras faixas individualmente (Figura 8). Essa tendência do perfil demográfico da comunidade do assentamento pode estar ligada a diferentes questões, como a possível diminuição na natalidade, quanto à possível migração dos seus jovens para outras localidades, quer seja à procura de oportunidades de crescimento educacional e profissional, ou mesmo por conta de casamentos com pessoas de fora da comunidade – algo que acontecia e era mais comum às jovens. Fatores esses que requerem a adoção de planos estratégicos voltados para garantir a permanência dos jovens no lugar, e a perpetuidade da comunidade.

Nesta comunidade, a média de idade para o gênero feminino era de 31,8 anos, para o gênero masculino era de 28,7, e para a comunidade de forma geral era de 30,5 anos. Já no que consiste à média de anos de estudo, o gênero feminino detinha uma média de 8,9 anos de estudos, equivalente ao 7º ano incompleto, e o gênero masculino detinha uma média de 7,9 anos de estudos, equivalendo ao 6º ano incompleto.

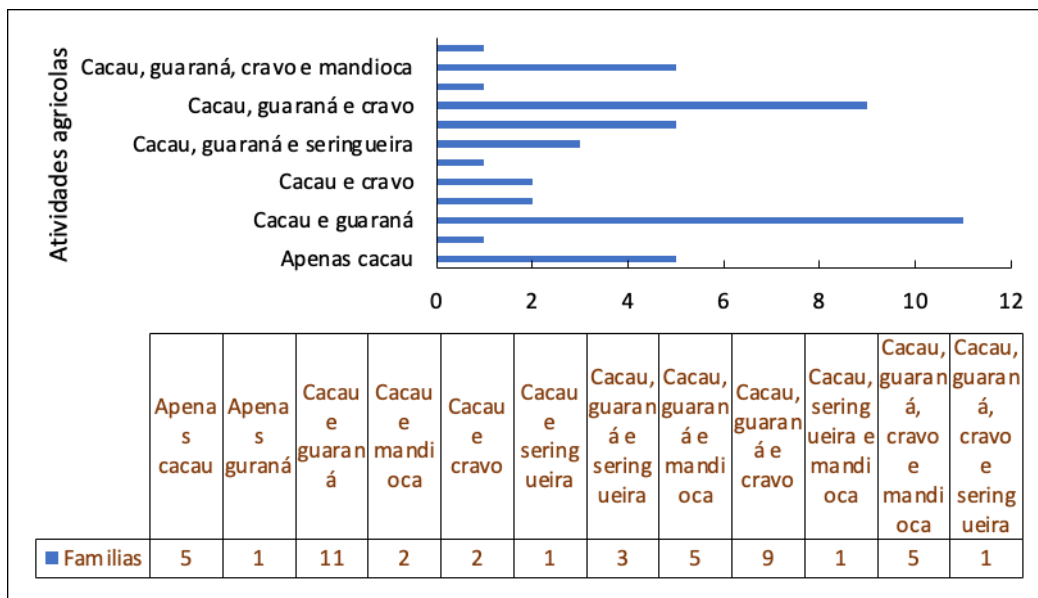
**Figura 8.** Pirâmide etária da comunidade do PA Limoeiro, em 2021.



Fonte: Autores.

No assentamento Limoeiro as atividades agrícolas eram a atividade econômica base da comunidade, com destaque para o cacau, guaraná, seringueira, mandioca e cravo, como as culturas que proporcionavam renda para os moradores; outras frutíferas eram desenvolvidas essencialmente para o autoconsumo familiar (Figura 9). Todas as 46 famílias abrangidas na pesquisa nesse assentamento desenvolviam pelo menos uma dessas culturas de rendimento; sendo que 86% das 46 famílias desenvolviam mais de uma dessas culturas.

**Figura 9.** Atividades agrícolas desenvolvidas com fins econômicos pelas famílias Limoeiro (2021).



Fonte: Autores.

Na Tabela 2, a seguir, tem-se especificado as formas de trabalho das pessoas ocupadas dentre as 166 abrangidas na pesquisa, nas 46 famílias, no assentamento Limoeiro.

**Tabela 2.** Forma de trabalho do total de pessoas abrangidas na pesquisa, no assentamento Limoeiro, em 2021.

Forma de trabalho das pessoas abrangidas na pesquisa	Frequência Absoluta de pessoas		
	Masculino	Feminino	Total
Atividades agrícolas dentro da comunidade	51	45	96
Atividades agrícolas fora da comunidade	1	-	1
Atividades agrícolas dentro e fora da comunidade	5	1	6
Atividade não agrícola fora da comunidade	-	-	-
Concomitantemente em atividades agrícolas e não agrícolas dentro da comunidade	-	2	2
Concomitantemente em atividades agrícolas e não agrícolas dentro e fora da comunidade	2	3	5
Não estavam trabalhando	36	20	56
<b>TOTAL</b>	<b>95</b>	<b>71</b>	<b>166</b>

Fonte: Autores (2020).

No entanto, a despeito das atividades agrícolas serem a base de ocupação do trabalho das famílias do assentamento, essas atividades agrícolas não forneciam autossuficiência financeira para a maioria delas, algo que fica evidente ao se analisar a composição da renda média total mensal dessas famílias. Para 65% das famílias, os recursos provenientes de benefícios sociais e previdenciários possuíam maior peso na composição da renda média mensal total; e para as outras famílias, esses tipos de recursos possuíam papel assessorio na composição da renda mensal (à exceção de seis famílias que não recebiam benefícios sociais e previdenciários, ou seja, 13%). Apenas 14 famílias tinham na renda agrícola o peso maior na composição da renda total mensal; e duas, na renda proveniente de atividade de trabalho não agrícola. Nesse assentamento, todas as famílias dispunham de 4,5 ou mais hectares cada uma para produzirem.

No que consiste ao tempo dedicado às atividades agrícolas, de forma geral, a partir das respostas dadas pelas 37 entrevistadas do gênero feminino, as mulheres dedicavam um tempo médio diário de 7 horas e 16 minutos, e os homens dedicavam um tempo médio diário de 8 horas e 51 minutos. Por sua vez, as mulheres dedicavam um tempo médio de 5 horas e 10 minutos de sua rotina diária para as atividades domésticas, enquanto os homens dedicavam um tempo médio diário de 1 hora e 17 minutos, ou seja, quase quatro horas menos do tempo médio dedicado pelas mulheres. Em 28 famílias a figura masculina participava na realização de alguma atividade doméstica, mesmo que em alguns casos em poucos minutos.

### 3.2 Empoderamento feminino nos assentamentos Nova Vida e Limoeiro

A análise dos indicadores de empoderamento feminino (Tabela 3), evidencia que na comunidade do assentamento Nova Vida o gênero feminino, de forma geral, encontrava-se, em uma situação de baixo-médio empoderamento na agricultura, índice geral de 1,46, faixa de > 0,8 a 1,6 da escala. Por sua vez, na comunidade do assentamento Limoeiro o gênero feminino, de forma geral, encontrava-se em uma situação de médio empoderamento na agricultura, índice geral de 1,75, situando-se na faixa de > 1,6 a 2,4 da escala (Tabela 3). Em cada comunidade/assentamento individualmente, o gênero masculino se encontrava em situação geral melhor que o feminino. Enquanto no Nova Vida, o gênero masculino se encontrava na faixa > 1,6 a 2,4, com índice geral 1,85; no Limoeiro, este gênero se encontrava na faixa > 1,6 a 2,4, mesma faixa do gênero feminino, só que com índice geral de 2,02, ou seja, em posição mais elevada na amplitude da faixa se comparado ao feminino.



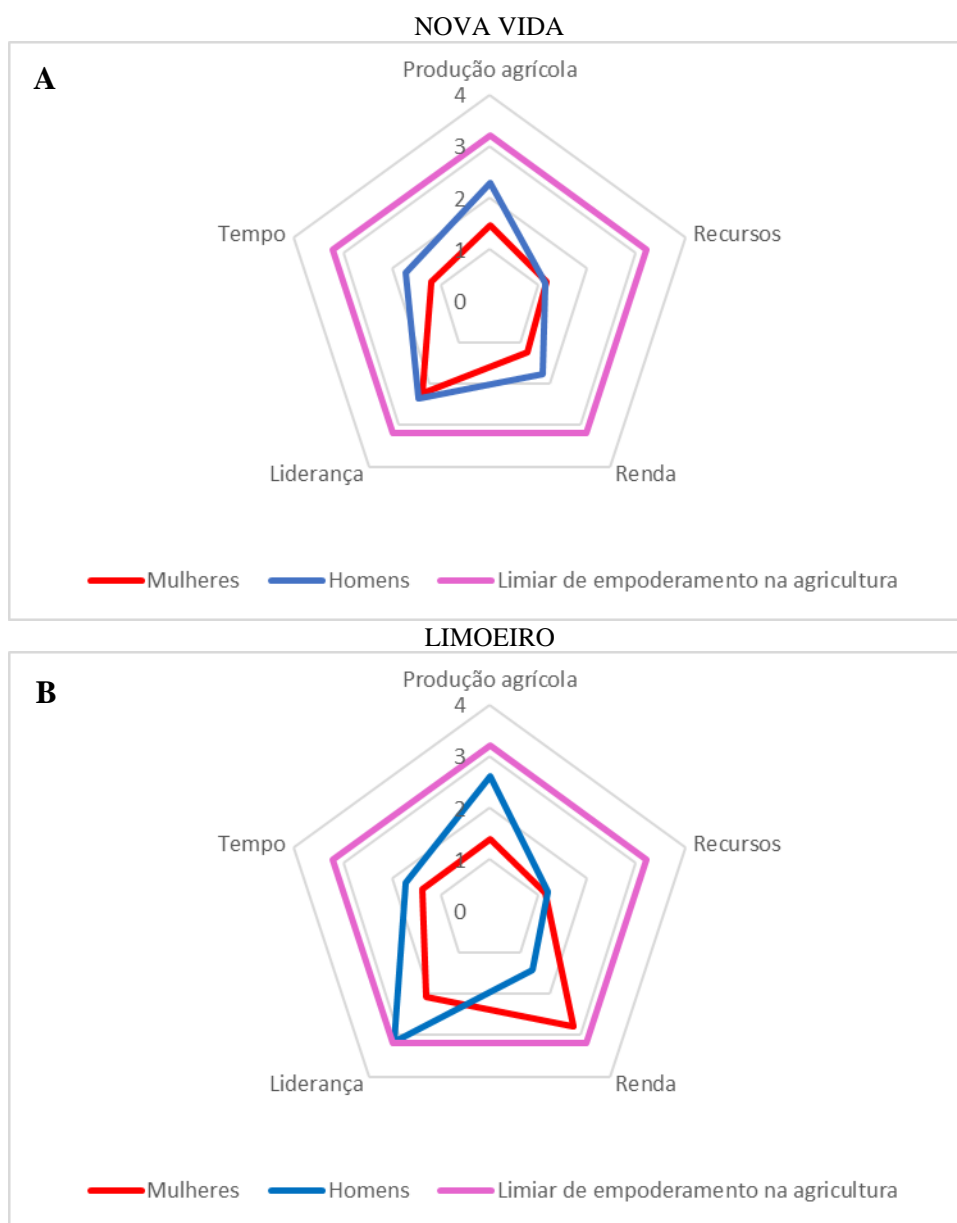
**Tabela 3.** Pontuações por gênero dos indicadores de empoderamento dos assentamentos Nova Vida e Limoeiro, Bahia, 2020-2021.

Domínios	Indicadores	Pontuação por Gênero			
		PA Nova Vida		PA Limoeiro	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Produção	Decisões sobre planejamento e gestão do lote	0,56	2,0	0,42	2,41
	Autorreconhecimento enquanto agricultores	2,83	2,91	3,19	3,64
	Distribuição das tarefas agrícolas	1,00	1,92	0,53	1,78
<b>Subíndice</b>		<b>1,46</b>	<b>2,28</b>	<b>1,38</b>	<b>2,61</b>
Recursos	Relação tamanho da terra e titularidade	3,18	3,00	2,46	2,73
	Satisfação com relação a acesso ao crédito agrícola	0,27	0,27	0,53	0,53
	Satisfação com relação ao acesso à assistência técnica	0,65	0,65	0,78	0,78
	Satisfação com relação aos cursos de capacitação e treinamentos	0,62	0,62	0,73	0,73
<b>Subíndice</b>		<b>1,18</b>	<b>1,14</b>	<b>1,13</b>	<b>1,19</b>
Renda	Maior responsável pela renda familiar	1,37	1,80	1,65	1,35
	Decisões sobre despesas no âmbito familiar	1,12	1,71	3,94	1,50
<b>Subíndice</b>		<b>1,25</b>	<b>1,76</b>	<b>2,80</b>	<b>1,43</b>
Liderança	Participação na estrutura de governança comunitária	1,85	1,87	2,21	2,79
	Participação nas assembleias e reuniões da associação	2,42	2,31	2,57	3,35
	Participação nas atividades coletivas e mutirões	2,44	2,84	1,46	3,31
<b>Subíndice</b>		<b>2,24</b>	<b>2,34</b>	<b>2,08</b>	<b>3,15</b>
Tempo (hora)	Alocação de tempo para as tarefas domésticas	1,88	3,71	2,30	3,93
	Alocação de tempo para as atividades agrícolas	1,18	0,76	1,21	0,58
	Tempo destinado para o lazer	0,50	0,73	0,62	0,63
<b>Subíndice</b>		<b>1,19</b>	<b>1,73</b>	<b>1,38</b>	<b>1,71</b>
<b>ÍNDICE GERAL</b>		<b>1,46</b>	<b>1,85</b>	<b>1,75</b>	<b>2,02</b>

Fonte: Autores (2020 – 2021).

No que consiste aos cinco domínios de empoderamento, no assentamento Nova Vida, em quatro deles (produção, recursos, renda e tempo) o gênero feminino se encontrava em baixo-médio empoderamento, e em apenas um (liderança) se encontrava em médio empoderamento (Figura 10 A). No assentamento Limoeiro, dos cinco domínios em três, o gênero feminino se encontrava em baixo-médio empoderamento (recursos, renda e tempo), e nos domínios “produção” e “liderança” se encontrava em médio-alto empoderamento, com destaque para “liderança” com maior pontuação (Figura 10 B).

**Figura 10.** Perfil de empoderamento alcançado pelos gêneros nos cinco domínios de empoderamento: **(A)** no assentamento Nova Vida, em 2020; **(B)** no assentamento Limoeiro, em 2021.



Fonte: Autores.

Dos 15 indicadores que compõem os cinco domínios, no Assentamento Nova Vida em pelo menos cinco deles o gênero feminino se encontrava em situação de baixo empoderamento, ou seja, na situação mais crítica dentro da escala adotada, quais sejam esses indicadores: decisões sobre planejamento e gestão do lote, satisfação com relação a acesso ao crédito agrícola, satisfação com relação ao acesso à assistência técnica, satisfação com relação aos cursos de capacitação e treinamentos, e tempo destinado para o lazer. Por sua vez, no assentamento Limoeiro, em seis indicadores o gênero feminino se encontrava na faixa mais baixa da escala adotada, quais sejam esses indicadores: decisões sobre planejamento e gestão do lote, distribuição das tarefas agrícolas, satisfação com relação a acesso ao crédito agrícola, satisfação com relação ao acesso à assistência técnica, satisfação com relação aos cursos de capacitação e treinamentos, e tempo destinado para o lazer (Tabela 3).

Dentre os indicadores chave para o empoderamento feminino na agricultura, chama a atenção negativamente, no domínio “produção” para os dois assentamentos, o indicador “decisões sobre planejamento e gestão do lote”, pois em ambos os

assentamentos a participação feminina é mínima. No PA Nova Vida, das 26 entrevistadas, na residência de 17 delas a figura da esposa nunca participa na tomada decisão, e em uma residência a esposa participa raramente; e em nenhuma residência a figura das filhas participa nessa tomada de decisão. No PA Limoeiro, das 37 entrevistadas, na residência de 29 delas a figura da esposa nunca participa da tomada de decisão sobre planejamento e gestão do lote; e em nenhuma residência as filhas participam nessa tomada de decisão. Portanto, a tomada de decisão nos rumos do lote produtivo é eminentemente masculina, concentrando-se no esposo ou no homem solteiro, evidenciando ainda a vigência de um perfil patriarcal de poder nas tomadas de decisão produtivas, mesmo a despeito de muitas políticas públicas já virem privilegiando o gênero feminino na posse do lote para a efetivação de certas políticas, ou a presença de 100% destas em certos projetos; nas duas comunidades a participação dos filhos do gênero masculino nessas decisões é muito pequena, quase proporcional à de suas mães.

Outra questão-chave que se apresentou negativa, foi a questão do possível desgaste físico e mental proveniente do tempo despendido para as atividades agrícolas e domésticas, e pouco tempo para lazer, em que quanto maior o tempo gasto com atividades agrícolas e domésticas, maior o desgaste físico, e quanto menor o tempo de lazer menor é a possibilidade de recuperação física e mental do corpo, o que proporcionou com que as pontuações desses indicadores fossem insatisfatórias do ponto de vista do empoderamento.

No PA Nova Vida, de forma geral, o gênero feminino gastava entre atividades agrícolas e domésticas, cerca de 13 horas e 52 min. (sendo 7:29h para as agrícolas e 6:23h para as domésticas), enquanto o gênero masculino dedicava um tempo médio total de 11 horas e 30 min. entre atividades agrícolas e domésticas (8:14h para as agrícolas e 3:16h para as domésticas), sendo que mais de 70% das mulheres não dedicavam nenhum tempo diário para lazer, e mais de 60% dos homens não dedicavam nenhum tempo diário para essa finalidade. Já no PA Limoeiro, de forma geral o gênero feminino alocava um tempo médio de 12 horas e 26 min. da sua rotina diária para as atividades agrícolas e domésticas (7:16h para as agrícolas e 5:10h para as domésticas), e o gênero masculino dedicava um tempo médio diário total de 10 horas e 08 minutos para as atividades agrícolas e domésticas (8:51h para as agrícolas e 1:17h para as domésticas), sendo que mais de 60% das mulheres não dedicavam tempo ao lazer, e também mais de 60% dos homens não dedicavam tempo para essa finalidade.

Os dados do indicador “decisões sobre planejamento e gestão do lote”, bem como os dados dos indicadores de alocação do “tempo” da rotina diária, evidenciam a prevalência de um papel quase invisível do ponto de vista produtivo para o gênero feminino, pois além dela pouco participar nos aspectos de decisão produtiva, também o seu desgaste físico total, em horas, na rotina diária agrícola e do lar além de ser grande, por ter uma sobrecarga com os trabalhos domésticos, também as suas tarefas não são consideradas como trabalho, e sim como um apoio aos homens ou meramente sua rotina do lar, mesmo a despeito de, nos dois assentamentos, o autorreconhecimento destas enquanto agricultoras terem obtido média-alta e elevada pontuação de empoderamento (Tabela 3). Portanto, apenas reforçam o que algumas literaturas vêm apontando sobre essa realidade ainda predominante para o gênero feminino no âmbito rural brasileiro, e mesmo de alguns outros países, mesmo a despeito das constantes discussões levadas a efeito sobre a importância do empoderamento feminino e a equidade de gênero (Castro & Abramovay, 2005; Alkire et al., 2013; Spanevello et al, 2019; Santos et al, 2020). No entanto, a despeito de em alguns indicadores a figura masculina aparecer com pontuações maiores que a da figura feminina, e em alguns casos com pontuações elevadas, de forma geral a pontuação do gênero masculino nos dois assentamentos não foi das mais satisfatórias se considerando o resultado final.

Segundo Scott et al, (2012), o cenário nacional de falta de equitativas oportunidades entre mulheres e homens no campo, sobretudo para as jovens, tem forçado o deslocamento delas das áreas rurais para as cidades em busca de trabalho e autonomia econômica, bem como de qualidade de vida e oferta de serviços de transporte, energia, saneamento básico, educação e saúde. Embora isso não seja apenas uma questão de gênero, mas também próprio do processo de urbanização. Deere & Twyman (2014), FAO (2018, 2020), e Hora et al (2021), chamam a atenção de que, nesse aspecto, os governos locais

deveriam implementar políticas voltadas para a proteção social e mulheres rurais, fazendo com que a busca pela igualdade de gênero estivesse no centro das principais políticas levadas a efeito dentro dos seus planos de governo, para que as comunidades rurais pudessem superar as diferentes questões que incidem na feminização da pobreza rural.

Por outro lado, chama a atenção positivamente ou relativamente positivo para o gênero feminino, nos dois assentamentos pesquisados, os indicadores dos domínios “renda” e “liderança”, sendo que, em especial no assentamento Limoeiro, tanto no indicador “maior responsável pela renda familiar” quanto no “decisões sobre despesas no âmbito familiar”, o gênero feminino se sobressai ao masculino em sua positividade da pontuação. Isso se deveu especialmente ao fato de que nos dois assentamentos havia a prevalência dos benefícios sociais e previdenciários com maior peso na composição da renda média mensal das famílias, com maior incidência de mulheres recebendo esses benefícios. Associado a isso, no primeiro ano de pandemia da Covid-19 (ano de 2020), as mulheres que estavam inscritas como chefe de família nos cadastros do Governo Federal receberam cinco parcelas de R\$ 1.200,00 de auxílio emergencial no transcurso daquele ano, e aos homens na mesma situação o valor de cinco parcelas de R\$ 600,00; em seguida, foi instituído o auxílio emergencial extensão, com quatro parcelas de R\$ 300,00 que durou até dezembro de 2020; já no ano de 2021, foram pagas 7 parcelas de um novo auxílio, até o mês de outubro, sendo que a mulher chefe de família monoparental tinha direito a R\$ 375,00, o indivíduo que morava sozinho tinha direito a R\$ 150,00, e a cota para os outros casos era de R\$ 250,00 (Brasil, 2020, 2021).

Esses valores efetivamente trouxeram contribuição na renda total mensal das famílias, e foram significativos para reforçar a contribuição das mulheres, por meio de benefícios sociais, para a renda total mensal das famílias, haja vista que para a maior parte das famílias os benefícios tinha maior peso. No assentamento Nova Vida, a renda média total mensal das famílias era de R\$ 1.400,00, e a renda média mensal proveniente de benefícios sociais era de 934,90, ou seja, em média os benefícios correspondiam a 67% da renda média total mensal. Já no assentamento Limoeiro, a renda média total mensal das famílias era de R\$ 1.755,62, e a renda média mensal proveniente de benefícios era de R\$ 1.113,25, ou seja, em média os benefícios correspondiam a 63% da renda média total mensal.

#### **4. Considerações Finais**

Os resultados da pesquisa levada a efeito nas comunidades dos assentamentos rurais Nova Vida e Limoeiro, no estado da Bahia, nordeste do Brasil, evidenciaram que na comunidade do assentamento Nova Vida o gênero feminino, de forma geral, encontrava-se em uma situação de baixo-médio empoderamento na agricultura, e na comunidade do assentamento Limoeiro o gênero feminino, de forma geral, encontrava-se em uma situação de médio empoderamento na agricultura. Nas duas comunidades o gênero masculino se encontrava em situação geral melhor no seu índice geral do que o gênero feminino, embora, de forma geral, o gênero masculino também não se encontrava nas melhores situações. Em ambos os assentamentos a equidade de gênero ainda não era uma realidade predominante, em especial no Nova Vida, onde a situação feminina se encontrava mais frágil do ponto de vista do empoderamento. Os dados do indicador “decisões sobre planejamento e gestão do lote”, bem como os dados dos indicadores de alocação do “tempo” da rotina diária, evidenciaram nos dois assentamentos que o gênero feminino pouco participava nos aspectos de decisão produtiva, e também a sua rotina diária agrícola e do lar, em horas, era sobrecarregante. No Limoeiro havia uma maior participação das mulheres em questões relativas aos espaços de liderança e decisão comunitário, bem como na aferição de renda para a família, em relação ao Nova Vida.

Deixa-se expressa aqui a importância do estudo desenvolvido e a necessidade de novos estudos que venham evidenciar certas nuances que a presente pesquisa não revelou, de forma a contribuir com o avanço da temática em questão.

#### **Agradecimentos**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -

CAPES (BRASIL) - Código de Financiamento 001, por meio de bolsa no Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UESC, Ilhéus, Bahia), concedida à primeira autora.

## Referências

- Aguiar, V. V. P. (2016). Mulheres Rurais, Movimento Social e Participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. *Política & Sociedade*, Florianópolis, 5 (Edição Especial): 261-295.
- Akter, S., Rutsaert, P., Luis, J., Htwe, N. M., San, S. S., Raharjo, B., & Pustika, A. (2017). *Women's empowerment and gender equity in agriculture: A diferente perspective from Southeast Asia*. *Food Policy* 69, p. 270–279.
- Alkire, S., Meinzen-Dick, R., Peterman, A., Quisumbing, A. R., Seymour, G., & Vaz, A. (2013). *The Women's Empowerment in Agriculture Index*. Acessado em <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0305750X13001629>.
- Asensio, R., & Trivelli, C. (2014). *La revolución silenciosa: mujeres rurales jóvenes y sistemas de género en América Latina*. Editora: Lima, Perú Instituto de Estudios Peruanos.
- Batlialwa, S. (1997). El significado del empoderamiento de las mujeres: nuevos conceptos desde la acción. In: León, M. *Poder y empoderamiento das mujeres*. TM Editores, Santa Fe de Bogotá. pp. 187-211.
- Beauvoir, S. (1949). *Le deuxième sexe: les faits et les mythes*. Paris, France: Librairie Gallimard.
- Brasil. (2020). *Auxílio Emergencial já pagou mais de R\$ 288 bilhões para garantir proteção social aos brasileiros*. Brasília: Ministério da Cidadania. <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/12/auxilio-emergencial-ja-pagou-mais-de-r-288-bilhoes-para-garantir-protacao-social-aos-brasileiros-1>.
- Brasil. (2021). *Saques da sétima parcela do Auxílio Emergencial 2021 são liberados para os aniversariantes de fevereiro*. Brasília: Ministério da Cidadania. <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/saques-da-setima-parcela-do-auxilio-emergencial-2021-sao-liberados-para-os-aniversariantes-de-fevereiro>.
- Brumer, A. (2004). Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril.
- Castilho, M. A.; Arenhardt, M. M., & Le Bourlegat, C. A. (2009). Cultura e Identidade: os desafios para o desenvolvimento local no assentamento Aroeira, Chapadão do Sul, MS. *INTERAÇÕES*, Campo Grande, 10(2): 159-169, jul./dez. <http://www.scielo.br/pdf/inter/v10n2/v10n2a04.pdf>.
- Castro, M. G., & Abramovay, M. (2005). *Gênero e meio ambiente*. Impresso no Brasil — março.
- Costa, C., Froehlich, J. M., & Carpes, R. H. (2013). Masculinização rural: uma abordagem a partir da regionalização por sistemas agrários no Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Rio de Janeiro, 30(2): 465-483, jul./dez.
- Deere, C. D. (2004). Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril.
- Deere, C. D. (2018). Objetivos de desenvolvimento sustentável, igualdade de gênero e a distribuição de terra na América Latina. Dossiê desenvolvimento, poder, gênero e feminismo. *Cadernos pagu* (52).
- Deere, C. D., & León, M. (2003). Diferenças de gênero em relação a bens: a propriedade fundiária na América Latina. *Sociologias*, Porto Alegre, 5(10): 100-153, jul./dez.
- Deere, C. D., & Twyman, J. (2014). ¿Quién toma las decisiones agrícolas? mujeres propietarias en el Ecuador. *Agricultura, Sociedad y Desarrollo*, 11(3), julio/septiembre.
- FAO. (2018). *Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura*. Santiago.
- FAO. (2020). Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura. *Manual Sobre Protección Social, Género y Mujeres Rurales*. Santiago – Chile, noviembre.
- Farah, M. A., & Neuburger, M. (2013). Género y transformaciones rurales en América Latina. *Cuadernos Desarrollo Rural*, Bogotá (Colombia), 10 (72): 13-19, julio-diciembre.
- Fávero, M. H. (2012). A construção social do gênero - Psicologia do gênero: psicobiografia, sociocultura e transformações. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 20(2): 583-592, maio-agosto.
- Federici, S. (2021). *O Patriarcado do salário*. São Paulo: Boitempo.
- Gonçalves, F. B. (2007). A convenção pela eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (cedaw) e a condição feminina nas “sociedades opressoras contemporâneas”. *Revista Brasileira de Direito Internacional*, Curitiba, 6(6) jul./dez.
- Guedes, E. F. (1995). *Gênero: o que é isso. Psicologia, ciência e profissão*. USP: São Paulo.
- Guimarães, R. P., & Feichas, S. A. Q. (2009). Desafios na construção de indicadores de sustentabilidade. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, XII(2 ): 307-323, jul.-dez.

- Hora, K., Nobre, M., & Butto, A. (2021). *As mulheres no censo agropecuário 2017*. Associação brasileira de reforma agrária. Maio.
- Karremans, J. A. J. (1994). *Análisis de Género: conceptos y métodos*. Tropical de Investigación y Enseñanza – CATIE, Costa Rica.
- Lisboa, T. K., & Lusa, M. G. (2010). Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero – Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(3): 871-887, setembro-dezembro.
- Mayorga, C., Coura, A., Miralles, N., & Cunha, V. M. (2013). As críticas ao gênero e a pluralização do feminismo: colonialismo feminista: colonialismo, racismo, racismo e política heterossexual e política heterossexual e política heterossexual. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 21(2): 336, maio-agosto.
- Matte, A., & Machado, J. A. D. (2016). Tomada de decisão e a sucessão na agricultura familiar no sul do Brasil. *Revista de Estudos Sociais*, 18(37).
- Mosedale, S. (2005). Policy arena. Assessing women's empowerment: towards a conceptual framework. *Journal of International Development*, (17): 243-257.
- OCT - Organização de Conservação de Terras do Baixo Sul da Bahia. (2015). *Ibirapitanga, BA: Grupo de Projetos: Reflorestamento*.
- Romano, J. O. (2002). *Empoderamento: Enfrentemos primeiro a questão do poder para combater juntos a pobreza*. Documento de Apoio apresentado no International Workshop Empowerment and Rights Based Approach in Fighting Poverty Together. Rio de Janeiro. <http://www.desarrollolocal.org/conferencia/cuarta/DocumentoRomanoportugues.doc>.
- Rubio, A. G. R., Bordi, I. V., Ortíz, H. T., & Muro, P. G. (2017). Empoderamiento y feminismo comunitario en la conservación del maíz en México. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 25(3): 530, setembro-dezembro.
- Santos, J. B., Bohn, L., & Almeida, H. J. F. (2020). O papel da mulher na agricultura familiar de concórdia (SC): o tempo de trabalho entre atividades produtivas e reprodutivas. *Textos de Economia*, Florianópolis, 23(1): 1-27, jan./jul. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/2175-8085.2020.e71525>.
- Sardenberg, C. M. B. (2009). *Liberal vs Liberating Empowerment: Conceptualising Women's Empowerment from a Latin American Feminist Perspective*. Brighton: IDS: Pathways of Women's Empowerment, Pathways Working Paper 7, July.
- Schneider, C. O., Godoy, C. M. T., Wedig, J. C., & Vargas, T. O. (2020). Mulheres rurais e o protagonismo no desenvolvimento rural: um estudo no município de Vitorino, Paraná. *INTERAÇÕES*, Campo Grande, MS, 21(2): 245-258, abr./jun.
- Scott, J. W. (1989). *Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history*. New York, Columbia University Press.
- Scott, P., Cordeiro, R., & Menezes, M. (2012). Um olhar de gênero e de geração nos universos rurais. Florianópolis: Mulheres, 2010. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 20(2): 583-592, maio-agosto.
- Sen, A. (2010). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Silva, A. D. (2015). Ser homem, ser mulher: as reflexões acerca do entendimento de gênero. In: *Mãe/mulher atrás das grades: a realidade imposta pelo cárcere à família monoparental feminina [online]*. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, pp. 51-100.
- Spanevello, R. M., Doegue, A. M. N., Drebes, L. M., & Lago, A. (2019). Mulheres Rurais e Atividades não Agrícolas no Âmbito da Agricultura Familiar. *Desenvolvimento em Questão*, 17(48): 250-265, jul./set. <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/7965>.
- Toledo, V. M. (1996). *Principios etnoecologicos para el desarrollo sustentable de comunidades campesinas e indígenas*. Temas Clave, CLAES, N° 4, centro de Ecología de la UNAM, México.
- Troian, A., & Breitenbach, R. (2018). Jovens e juventudes em estudos rurais do Brasil. *INTERAÇÕES*, Campo Grande, MS, 19(4): 789-802, out./dez.
- Yin, R. K. (2001). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. (Trad. Grassi, D.). 2ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- Woortmann, E. F., Heredia, B., & Menashe, R. (2006). *Margarida Alves: Coletânea sobre estudos rurais e gênero*. Brasília-DF, 356 p.